

GEOGRAFIA E FRONTEIRA: UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE A INCLUSÃO DO TEMA NO CURRÍCULO MUNICIPAL DE PONTA PORÃ-MS¹

Robson de Paula VAZES²

Walter Guedes da SILVA³

Cláudia Heloiza CONTE⁴

RESUMO

Cada fronteira possui especificidades que a tornam única. Este estudo foca Ponta Porã (BR), município que faz fronteira seca com Pedro Juan Caballero (PY), analisando como o tema "fronteira" é abordado no Referencial Curricular municipal para os anos iniciais do ensino fundamental. A metodologia incluiu pesquisa bibliográfica, consulta a sites especializados e trabalho de campo em 2022, com palestras de profissionais da educação pública e entrevistas com professoras e coordenadoras pedagógicas. A análise comparou a abordagem do tema nos currículos federal (BNCC), estadual (Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul) e municipal (Referencial de Ponta Porã). Observou-se que, no nível municipal, o tema é tratado de forma mais enfática na disciplina "Práticas Culturais – Educação Patrimonial / Civismo", mas poderia ser melhor explorado em outras áreas, articulando a realidade fronteiriça dos estudantes. Conclui-se que, embora haja avanços, a integração do tema "fronteira" no currículo pode ser ampliada, promovendo uma educação mais contextualizada e significativa para os estudantes que vivem nessa região singular.

Palavras-chave: Currículo. Base Nacional Comum Curricular. Fronteira. Ponta Porã.

¹ Normas para organização do artigo, elaboradas pelos editores da Revista Geoinfá.

² Mestrando do Programa de Pós Graduação em Geografia na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS).

³ Docente do curso de Geografia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS).

⁴ Docente do curso de Geografia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS).

GEOGRAPHY AND BORDER: AN INVESTIGATION INTO THE INCLUSION OF THE THEME IN THE MUNICIPAL CURRICULUM OF PONTA PORÃ-MS⁵

ABSTRACT

Every border has unique specificities that make it distinct. This study focuses on Ponta Porã (Brazil), a municipality that shares a dry border with Pedro Juan Caballero (Paraguay), analyzing how the theme of "border" is addressed in the municipal Curriculum Framework for the early years of elementary school. The methodology included bibliographic research, consultation of specialized websites, and fieldwork in 2022, with lectures by public education professionals and interviews with teachers and pedagogical coordinators. The analysis compared the approach to the theme in the federal (BNCC), state (Reference Curriculum of Mato Grosso do Sul), and municipal (Ponta Porã Reference) curricula. It was observed that, at the municipal level, the theme is more emphatically addressed in the subject "Cultural Practices – Heritage Education / Civics," but could be better explored in other areas, articulating the border reality of the students. It is concluded that, although there are advances, the integration of the "border" theme in the curriculum can be expanded, promoting a more contextualized and meaningful education for students living in this unique region.

Keywords: Curriculum. National Common Curricular Base. Border. Ponta Porã.

⁵ Rules for the organization of the article, developed by the editors of Geoingá Magazine.

1 INTRODUÇÃO

A construção curricular da educação brasileira é um processo complexo e dinâmico, que envolve uma série de atores e interesses. Ao longo da história, o currículo brasileiro passou por diversas transformações, refletindo as diferentes concepções de educação e sociedade que prevaleceram em cada período. No período colonial, o currículo era centrado na formação religiosa e moral dos estudantes. A partir do século XIX, com a influência do positivismo, o currículo passou a enfatizar a formação científica e técnica. Na década de 1930, o currículo passou a ser centrado no estudante e na sua experiência. Na década de 1970, com o regime militar, o currículo foi novamente centrado no conhecimento científico e técnico, com foco na preparação para o mercado de trabalho (Machado, 2002).

A partir da Constituição de 1988 (Brasil, 2016), a educação passou a ser um direito de todos e dever do Estado. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, estabeleceu as diretrizes para a educação básica, incluindo os princípios e objetivos do currículo. Em 2018 foi publicada a versão final Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que estabelece os conteúdos bases que devem ser ensinados na educação infantil, no ensino fundamental e no ensino médio. No entanto, a construção curricular da educação brasileira ainda enfrenta diversos desafios. Um dos principais desafios é a falta de articulação entre os diferentes níveis de governo, o que dificulta a implementação da BNCC.

Outro desafio é a desigualdade social, que impacta o acesso e a qualidade da educação. Além disso, o currículo escolar deve ser flexível e adaptado às diferentes necessidades e interesses dos estudantes, valorizando a diversidade cultural e social do Brasil. Quando se trata das cidades de faixa de fronteira, ainda devem ser consideradas as relações internacionais que ocorrem, quando há o fluxo de estudantes advindos de países vizinhos, como é o caso do objeto deste estudo.

Neste artigo, o objetivo é analisar como o tema fronteira é abordado como conteúdo programático no referencial curricular do município de Ponta Porã-MS. Entre os objetivos específicos estão: compreender o conceito de currículo crítico no contexto didático pedagógico; discutir como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul, abordam o tema fronteira enquanto objeto de conhecimento; identificar no Referencial Curricular de Ponta Porã, as propostas pedagógicas previstas para a abordagem prática

do tema “fronteira” nas escolas; e por fim, apresentar os relatos da visita em campo, realizada no município de Ponta Porã-MS.

Os procedimentos metodológicos para a realização deste trabalho foram organizados em três etapas onde: Etapa 1 - Pesquisa Bibliográfica em livros, revistas, artigos científicos, sites especializados e outros, sobre a temática da educação em cidades de fronteiras; Etapa 2 – Pesquisa em campo em Ponta Porã-MS, para observação in loco da realidade do sistema educacional do município, onde os pesquisadores e um grupo de acadêmicos dos cursos de Geografia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, assistiram à uma palestra com uma técnica da Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Cultura e Lazer e posteriormente participaram de uma roda de conversas com uma professora, uma coordenadora pedagógica e uma diretora, de uma escola municipal; Etapa 3 – Com as informações coletadas na visita de campo, foi elaborada a análise do currículo referencial do município de Ponta Porã, com ênfase no tema fronteira, correlacionando com a palestra e as entrevistas.

Na seção de referencial teórico, é discutido o conceito de currículo crítico no contexto escolar. A seção de resultados e discussão está dividida em 3 subseções: na primeira é feito uma breve fundamentação teórica do conceito de fronteira e uma caracterização da área de estudos, no caso a fronteira entre o Brasil e Paraguai; na segunda é analisado o currículo de Ponta Porã, perpassando antes pelas esferas federais e estaduais e, por fim, a última seção constam relatos da pesquisa em campo, realizada em Ponta Porã-MS, onde são apresentados os diálogos das rodas de conversa sobre a educação na fronteira. Em seguida são feitas as considerações finais e elencadas as referências.

2 REFERENCIAL TEÓRICO: O CURRÍCULO CRÍTICO E A EDUCAÇÃO INTERCULTURAL

Antes de tratar especificamente do currículo da Rede Municipal de Ensino de Ponta Porã-MS, é importante entender o conceito de currículo e sua aplicação prática no contexto escolar. O conceito de currículo escolar é complexo e dinâmico, e tem sido objeto de debate por especialistas na área de educação.

De acordo com Perrenoud (2000), o currículo é um conjunto de conhecimentos, habilidades

e valores que são ensinados na escola. Ele é um produto social, que reflete as diferentes concepções de educação e sociedade que prevalecem em cada contexto. Gimeno Sacristán (2000) define o currículo como um conjunto de experiências educativas que são planejadas e organizadas pela escola. Ele inclui os conteúdos, as atividades e os processos de avaliação que são utilizados para promover a aprendizagem dos estudantes. Moreira e Tadeu (2013) entendem o currículo como um conjunto de experiências pedagógicas que são planejadas e organizadas pela escola. Ele é composto de elementos objetivos, como os conteúdos e as atividades, e de elementos subjetivos, como os valores e as crenças. Libâneo (2018) define o currículo como um projeto pedagógico que orienta a ação educativa na escola. Ele é composto de objetivos, conteúdos, métodos e avaliação.

Algumas perspectivas críticas sobre o currículo escolar destacam o seu caráter ideológico e o seu papel reprodutor das desigualdades sociais. Apple (1995) afirma que o currículo é um instrumento de dominação social. Ele é usado para transmitir os valores e as crenças da classe dominante, e para legitimar as desigualdades sociais. Giroux (1993) defende a construção de um currículo crítico, que seja capaz de promover a emancipação social. Esse currículo deve ser centrado na formação integral do estudante, promovendo o seu desenvolvimento cognitivo, socioemocional e físico.

O conceito de currículo crítico intercultural tem sido amplamente discutido na literatura educacional, sendo considerado uma perspectiva que visa à transformação social e à emancipação dos sujeitos. Candau é uma das principais referências do currículo crítico intercultural no Brasil. Em seus trabalhos, ela defende a perspectiva intercultural como um caminho para a construção de um currículo crítico. Para Candau (2000), o currículo crítico intercultural é aquele que questiona a ordem social, a distribuição desigual do poder e os mecanismos de exclusão.

De acordo com Candau (2000), o currículo crítico é aquele que problematiza as relações de poder que estruturam a sociedade e a escola, e tem como objetivo a formação de sujeitos críticos e reflexivos, capazes de compreender e transformar a realidade. Candau (2000) ainda reforça que o currículo intercultural é aquele que promove deliberadamente a inter-relação entre diferentes grupos culturais presentes em uma determinada sociedade. Esse currículo tem como objetivo promover o respeito à diversidade cultural e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. O grande desafio então é “construir a igualdade na diferença” (Candau, 2011). Além disso a atenção à diversidade na escola requer a reflexão sobre duas dimensões: como lidar pedagogicamente com as diferenças e se existe realmente sensibilidade a elas (Freitas; Pinto; Pimenta, 2021).

O currículo crítico é uma perspectiva curricular relevante para a educação em tempos de diversidade. Em uma sociedade cada vez mais plural, é fundamental que a escola promova a formação de sujeitos capazes de compreender e respeitar as diferenças. O currículo crítico intercultural pode contribuir para isso, ao promover a reflexão sobre as relações de poder que estruturam a sociedade e a escola, e ao valorizar a diversidade cultural (Candau, 2008). O currículo tradicional, centrado no conhecimento científico e técnico, tende a privilegiar os estudantes de classes sociais mais altas, que já possuem acesso a esses conhecimentos. Além disso, o currículo tradicional muitas vezes ignora a diversidade cultural e social do Brasil, o que pode contribuir para a exclusão de estudantes de grupos minoritários.

Para superar as limitações do currículo tradicional, é necessário adotar uma perspectiva crítica na sua construção. Um currículo crítico deve ser centrado na formação integral do estudante, promovendo o desenvolvimento cognitivo, social, emocional e físico. Além disso, um currículo crítico deve ser flexível e adaptado às diferentes necessidades e interesses dos estudantes, valorizando a diversidade cultural e social do Brasil. Quando se trata das cidades de faixa de fronteira, ainda devem ser consideradas as relações internacionais que ocorrem, quando há o fluxo de estudantes advindos de países vizinhos, como é o caso do objeto deste estudo. A análise do Referencial Curricular de Ponta Porã que será apresentada na próxima seção, partirá da ótica do conceito de currículo crítico, buscando compreender se esse conceito foi aplicado ao longo do texto do currículo.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 BREVE CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO: A FRONTEIRA DO BRASIL E PARAGUAI

A fronteira, no âmbito histórico, foi contemplada como um conceito que se assemelhava à noção de limite; de linde geográfico que segregava duas ou mais nações. Tal visão paradigmática vem sendo superada por um novo paradigma que almeja transpor a visão de distinção, de óbice e de segregação para propor uma leitura a partir da inter-relação e colaboração propiciada pelo contexto no qual se encontra inserida. As fronteiras, em qualquer época, desempenharam um papel

fundamental na distinção, na comunhão e na comunicação entre os povos. Elas se interpõem entre a ordem e o caos, entre o formal e o informal, abarcando, nem sempre com harmonia, os costumes e as tradições socioculturais conexas e desconexas (Oliveira, 2015).

A ideia de que a fronteira é um limite, que marca a separação entre os Estados-Nações, é muito mais aplicado no campo teórico, do que no cotidiano das pessoas que vivem em cidades fronteiriças. E cada fronteira possui suas especificidades, que a tornam única dentre as outras. Oliveira (2005, p.380) reforça esse pensamento ao afirmar que “este ambiente plural transformou as fronteiras em territórios singulares. São singulares em relação ao território, nação e singulares entre si – cada fronteira é uma fronteira”. Sendo assim as dinâmicas que compõem a etnicidade, as culturas, as bases produtivas, as formas de organização espacial, entre outros fatores, são muito peculiares e singulares em cada fronteira. O próprio conceito de fronteira vem sendo ressignificado à medida que os estudos das temáticas fronteiriças têm avançado.

Quando se aplica essa ideia ao contexto brasileiro, essa conjuntura torna-se mais evidente. As diversidades e particularidades expressas no espaço geográfico do Brasil, remonta um cenário bastante complexo para análise, inclusive no que se refere às fronteiras. De acordo com o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, o país faz fronteira com nove países da América do Sul: Argentina, Uruguai, Paraguai, Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa. Também faz fronteira com o Departamento da Guiana Francesa (Brasil, 2023). As únicas exceções são o Chile e Equador. Como cada um desses países tem suas próprias características econômicas, sociais, culturais, políticas e históricas, cada região de fronteira tem uma dinâmica diferente da outra.

A extensão da fronteira terrestre brasileira, com 15.719 km, abrange 588 municípios de 11 Unidades da Federação, envolve a Amazônia, a região central e o território do Mercosul. Ademais, corresponde a cerca de 27% do território nacional e reúne uma população estimada em dez milhões de habitantes. O Ministério da Integração Nacional (Brasil, 2005), dividiu a faixa de fronteira do Brasil, em três grandes arcos: Norte, Central e Sul, do qual são divididos em 27 sub-regiões. O Arco Norte abrange a faixa de fronteira dos estados do Amapá, Pará, Amazonas, Roraima e Acre. O Arco Central abrange a faixa de fronteira dos estados de Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Já o Arco Sul abrange as fronteiras dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Dentro dos arcos existem as chamadas cidades-gêmeas, que são: cidades que fazem limite

com o país vizinho, e em que alguns casos ocorre o fenômeno urbano de conurbação. Na visão de Silva e Oliveira (2008, p. 2):

Cidades-gêmeas são pares de centros urbanos, frente a frente em um limite internacional, conurbados ou não, que apresentam diferentes níveis de interação: fronteira seca ou fluvial, diferentes atividades econômicas no entorno, variável grau de atração para migrantes e distintos processos históricos.

As especificidades de cada uma das fronteiras do Brasil, tornam os estudos fronteiriços quase que inesgotáveis, pois os processos que ali acontecem, são dinâmicos e mutáveis. Existem casos por exemplo, em que há três cidades com essa característica, como por exemplo Dionísio Cerqueira (Santa Catarina - BR), Barracão (Paraná - BR) e Bernardo de Irigoyen (Misiones - Argentina) (Ferrari, 2013). A correlação que existe entre as chamadas cidades gêmeas, causam uma relação mútua de cooperação, que avança além das questões mais óbvias, como por exemplo as relações econômicas, mas transpassa para questões sociais, étnicas, culturais e de gestão de serviços públicos.

A fronteira é uma questão importante no estado do Mato Grosso do Sul. Faz parte da realidade de muitos municípios e, por conseguinte da vida de muitas pessoas. A fronteira deve ser analisada como um local único, pois as áreas fronteiriças possuem uma dinâmica diferenciada, tanto econômica quanto culturalmente.

Portanto, juntamente com o Paraguai e a Bolívia, há uma vivência dupla em cidades sul mato-grossenses, uma vez que a população residente vivencia uma série de trocas, materiais ou simbólicas. Trata-se de costumes, identidades e cotidianos característicos da fronteira, onde as realidades locais não a enxergam como uma linha inflexível e intransponível, mas sim como uma zona em que os dois lados se misturam, se sobrepõem e coexistem em uma única experiência. No entanto, persiste um cenário marcado por diferenças sociais, políticas, infraestruturais e culturais, entre outras, que compõem uma realidade complexa. Diversos elementos contribuem para essa dinâmica, como o fluxo constante de pessoas, informações, mercadorias e ideias, fazendo com que a fronteira represente, especialmente para seus habitantes, uma realidade singular e própria (Souza e Gemelli, 2011).

No estado de Mato Grosso do Sul a questão fronteiriça merece destaque. Becker (1985) já assinalava a necessidade de compreender e ocupar as áreas de fronteira, destacando a importância do processo de urbanização na ordenação territorial da fronteira. A autora fez uma análise geral,

mas que também contribui para pensar a relação fronteira-urbanização no estado de Mato Grosso do Sul, que possui áreas com baixa densidade demográfica e cujo processo de urbanização é caracterizado por um número expressivo de cidades pequenas.

Ao todo no Brasil, existem 33 cidades-gêmeas. No estado de Mato Grosso do Sul, existem 7 cidades-gêmeas: Corumbá (BR)-Puerto Suárez (BO); Porto Murtinho (BR)-Capitán Carmelo Peralta (PY); Bela Vista (BR)-Bella Vista Norte (PY); Ponta Porã (BR)-Pedro Juan Caballero (PY); Coronel Sapucaia (BR)-Capitán Bado (PY); Paranhos (BR)-Ypejhú (PY); Mundo Novo (BR)-Salto del Guairá (PY).

Esta pesquisa focou no município de Ponta Porã (BR), que faz fronteira seca com o município de Pedro Juan Caballero (PY), conforme figura 1:

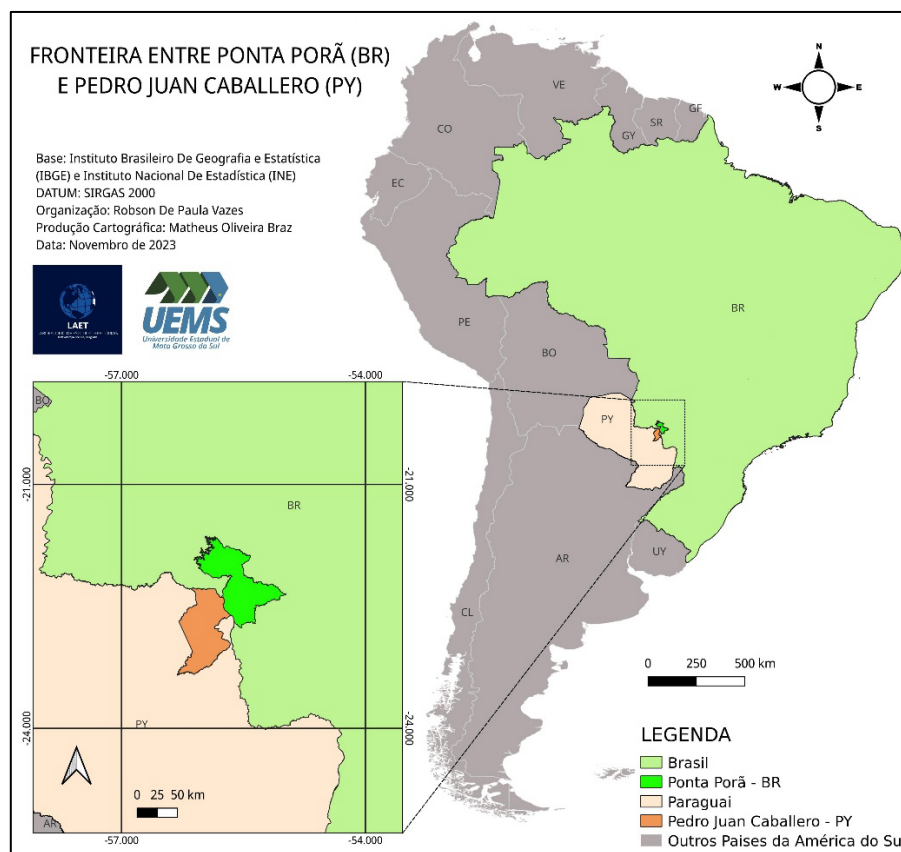


Figura 1: Mapa da Fronteira entre Ponta Porã (BR) e Pedro Juan Caballero (PY)

Fonte: Autoria própria.

Esta fronteira demanda uma atenção especial, por conta dos constantes fluxos sociais, culturais, econômicos, entre outros, que são atrelados à estas cidades-gêmeas. No que tange o

âmbito educacional, “devido ao hibridismo cultural existente, essa mescla de pessoas convivendo em um mesmo espaço escolar não deve ser ignorada jamais” (Anastácio, 2018, p.18). A mescla neste caso se refere aos estudantes brasileiros e paraguaios que convivem nas mesmas escolas, sobretudo nas escolas públicas, num fluxo de estudantes paraguaios matriculados em escolas brasileiras. Porém o fluxo contrário também ocorre, de estudantes brasileiros buscarem as faculdades paraguaias de medicina, por exemplo (Santana, 2018). Na próxima seção será analisado o Referencial Curricular de Ponta Porã e como é abordado o conteúdo de fronteira no mesmo.

3.2 REFERENCIAL CURRICULAR DE PONTA PORÃ E SUA ABORDAGEM DO CONTEÚDO DE FRONTEIRA

É importante pensar como o tema fronteira é trabalhado nos currículos escolares. Quando se trata do ensino em cidades fronteiriças, entender o conceito de fronteira e inseri-lo de maneira enfática no currículo, é de grande importância para a compreensão socioespacial dos estudantes. Ao longo desta pesquisa foi observado como o tema fronteira foi abordado, enquanto conteúdo programático, nos currículos bases, a nível federal com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a nível estadual com o Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul, e a nível municipal com o Referencial Curricular de Ponta Porã da Rede Municipal de Ensino de Ponta Porã-MS. A análise de ambos, pauta-se somente nos anos iniciais do Ensino Fundamental, pois a rede municipal de ensino de Ponta Porã só oferta até o 5º ano do ensino fundamental.

A BNCC do Ensino Fundamental, na área de linguagens, na seção 4.1.4 Língua Inglesa cita o tema “fronteiras” quando relaciona “que as fronteiras entre países e interesses pessoais, locais, regionais, nacionais e transnacionais estão cada vez mais difusas e contraditórias” (Brasil, 2018, p.199). Logo aprender línguas de outras nacionalidades, torna-se necessária para ampliação dos horizontes de comunicação e intercâmbios culturais e científicos.

Já no 4º ano do Ensino Fundamental, na disciplina de Geografia, o tema fronteira é trabalhado na habilidade “EF04GE05 - Distinguir unidades político-administrativas oficiais nacionais (Distrito, Município, Unidade da Federação e grande região), suas fronteiras e sua hierarquia, localizando seus lugares de vivência” (Brasil, 2018, p.329). Nessa habilidade há um equívoco na forma como foi redigida, pois prevê a distinção das unidades político-administrativas oficiais nacionais e suas fronteiras, mas especifica que será aplicado em diversas escalas (distrital,

municipal, regional e das unidades da federação). O conceito de fronteira é aplicado no Brasil, apenas para a separação entre países. Para as unidades federativas o termo correto é “divisa” e para municípios, o termo melhor aplicado é de “limite” (Martin, 1993).

Partindo para a análise em escala estadual, o estado de Mato Grosso do Sul, tendo a Base Nacional Comum Curricular como referência, por meio de um trabalho cooperativo entre a Secretaria Estadual de Educação (SED) e as secretarias municipais de educação, organizou-se o Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul, formulando “um currículo contextualizado com a diversidade sul-mato-grossense e norteado pelas dez competências gerais da BNCC” (Mato Grosso do Sul, 2019, p. 20).

Pelo Mato Grosso do Sul estar localizado geograficamente na fronteira com o Paraguai e a Bolívia, é de grande relevância essa iniciativa de adaptar a BNCC para a realidade regional, e conseqüentemente abordar o tema fronteira de maneira mais enfática nos componentes curriculares. A seguir serão apresentadas as principais abordagens do tema fronteira no Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul, para o ensino fundamental.

A disciplina de língua espanhola aparece no Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul, como parte dos componentes curriculares da área de linguagens, podendo ser inserida como segunda língua estrangeira para as escolas que optarem. Dentre as competências específicas para esta disciplina, a que se destaca, no que tange a temática desta pesquisa é:

Conhecer e valorizar a cultura de fronteira mediante práticas interculturais que promovam a negociação e o diálogo entre as culturas, o reconhecimento de suas características próprias, o respeito mútuo e a valorização do diferente como tal. (Mato Grosso do Sul, 2019, p. 420)

Na disciplina de Geografia, o tema fronteira aparece em maior número no documento. A primeira ocorrência dentro desta disciplina é no 4º ano (MS.EF04GE05.s.08) e 5º ano (MS.EF05GE00.n.01) do ensino fundamental dentro da unidade temática “conexões e escolas”, quando prevê o cumprimento das habilidades, com objetivos idênticos: “Distinguir unidades políticoadministrativas oficiais nacionais (Distrito, Município, Unidade da Federação e grande região), suas fronteiras e sua hierarquia, localizando seus lugares de vivência” . (Mato Grosso do Sul, 2019, p.663 e 664). Em ambos casos há uma cópia idêntica da habilidade EF04GE05 da BNCC, onde ocorre um equívoco conceitual da fronteira, atribuindo o conceito para esferas distritais, municipais, regionais e das unidades federativas.

Apesar da presença de 7 cidades-gêmeas em Mato Grosso do Sul, e da extensa faixa de fronteira com a Bolívia e Paraguai, observa-se a pouca relevância do tema da fronteira no Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul para os anos iniciais, tendo somente duas menções.

Por fim temos a análise da esfera municipal. A Rede Municipal de Ensino de Ponta Porã é composta por 17 escolas e 7 Centros de Educação Infantil, que juntas no ano de 2022 somaram 11.282 matrículas. O perfil destes estudantes inclui uma diversidade étnica, onde muitos “são brasileiros oriundos de lares paraguaios, que se comunicam em espanhol e guarani, outros, indígenas e assentados” (Ponta Porã, 2022, p. 42).

O Referencial Curricular de Ponta Porã, é um documento de domínio público, publicado no ano de 2022, contendo 1157 páginas, que dá a base para os currículos escolares das escolas de ensino fundamental. Segundo este documento, a partir do ano de 2022, o município de Ponta Porã passou a atender somente os anos iniciais do ensino fundamental. O documento traça em seus primeiros capítulos uma breve discussão sobre o estado de Mato Grosso do Sul e no capítulo 3, discute especificamente o município de Ponta Porã. Neste último, há um subcapítulo que trata do atendimento educacional na região fronteira de Ponta Porã.

É importante que esta temática seja abordada logo no início do Referencial Curricular, pois faz uma contextualização do território em que a rede municipal de ensino de Ponta Porã está inserida. O fato do município estar localizado em uma fronteira, acaba por nortear diversas diretrizes pedagógicas e regionalizar os componentes curriculares, com o objetivo de “criar um currículo próprio para a Rede Municipal de ensino pontaporanense [...] afim de suprir as demandas do âmbito educacional municipal” (Ponta Porã, 2022, p. 09).

Uma outra particularidade que foi observada no Referencial Curricular é a adoção da língua espanhola como uma das línguas estrangeiras. Levando em consideração que a Rede Municipal de Ensino de Ponta Porã atende diversos estudantes paraguaios, esse foi um ponto observado muito positivo para a inclusão escolar destes estudantes. E mesmo para os estudantes brasileiros, que pelo fato de residirem em uma fronteira seca com o Paraguai, onde ambas línguas são faladas cotidianamente, ter uma alfabetização bilíngue torna-se uma importante ferramenta de comunicação social.

Dentre as competências específicas de língua espanhola no ensino fundamental, citadas no documento, pode-se destacar a que busca “conhecer e valorizar a cultura de fronteira através de práticas interculturais que promovam a negociação e o diálogo entre as culturas [...]” (Ponta Porã,

2022, p. 301).

Quando o documento aborda o atendimento educacional, o termo fronteira volta a ser mencionado, dando ênfase a questão sociolingüística existente na fronteira, e o fluxo de estudantes na linha imaginária que separa os dois países. Na fala de Fernandes (2013, p. 49): “Quando os estudantes atravessam a fronteira, que, para os moradores locais é apenas atravessar a rua, não se pode esperar que o aluno deixe do outro lado sua cultura, seus costumes, sua língua materna, enfim, sua identidade”. E ao mencionar essa fala o documento em seguida afirma a busca constante em considerar a presença desses estudantes estrangeiros e a inserção de práticas pedagógicas que promovam a inclusão.

Partindo para o tema fronteira, especificamente como conteúdo programático, a primeira citação ocorre dentro da disciplina de “Práticas Culturais – Educação Patrimonial / Civismo” do 1º ano do ensino fundamental, na unidade temática “Meu lugar e seu patrimônio: Arte Rupestre da Fronteira”, que tem como objeto de conhecimento “Cerro Akuá: inscrições rupestres da fronteira”. Na unidade temática “Músicas de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero”, da mesma disciplina e ano, o tema fronteira aparece nas habilidades: “Analisar as letras das músicas que se referem a nossa fronteira” (Ponta Porã, 2022, p. 423).

No 2º ano da disciplina de Práticas Culturais – Educação Patrimonial / Civismo, o tema fronteira aparece na unidade temática “arte fronteiriça”, tendo como objeto de conhecimento “A cidade e suas atividades: trabalho, cultura e lazer”, tendo como habilidade “Identificar as produções artísticas produzidas em Ponta Porã e Pedro Juan Caballero”, onde é sugerido como ação didática “Apresentar o conceito de arte e identificar quais são as produções artísticas da fronteira e solicitar fotografias das produções artísticas da fronteira”. Ainda na mesma disciplina e ano, é apresentada a unidade temática “Alimentação típica da fronteira – Ponta Porã e Pedro Juan Caballero”, tendo como objeto de conhecimento “Gastronomia fronteiriça: origem, tipologias e características” e como habilidade “A gastronomia fronteiriça como elemento identitário da região” (Ponta Porã, 2022, p. 592).

O tema fronteira só reaparece no 4º ano do ensino fundamental, na disciplina de História, na unidade temática “As questões históricas relativas às migrações”, que tem como objeto de conhecimento “Os processos migratórios na história de Mato Grosso do Sul: a formação de sua identidade e suas características regionais”. A habilidade pretendida é “(MS.EF04HI00.n.12) Analisar, na sociedade Sul- mato-grossense o fenômeno da confluência de diferentes grupos

étnicos [...] e compreender a influência do intercâmbio com países vizinhos (Ponta Porã, 2022, p. 888). Na seção de ações didáticas para o cumprimento desta habilidade é mencionado que pode-se promover debates que discutam os fluxos migratórios (internos e internacionais) de Mato Grosso do Sul e como estes influenciaram na formação das primeiras cidades. Ainda ressalta a importância de considerar a confluência de povos de diferentes etnias para a formação cultural do estado de Mato Grosso do Sul.

O tema fronteira é abordado no 5º ano do ensino fundamental, na disciplina de Geografia, onde é brevemente apresentado na unidade temática “Conexões e escalas”, do objeto de conhecimento “Unidades políticoadministrativas do Brasil”, onde tem como habilidade: “(MS.EF05GE00.n.01) Distinguir unidades político- administrativas oficiais nacionais (Distrito, Município, Unidade da Federação e grande região), suas fronteiras e sua hierarquia [...]” (Ponta Porã, 2022, p. 1052). Esta habilidade apresenta o mesmo equívoco conceitual citados na análise da BNCC e do Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul.

Por fim, o tema fronteira é novamente discutido no 5º ano, mas na disciplina de Práticas Culturais – Educação Patrimonial / Civismo, onde aparece em duas unidades temáticas “Diversidade Cultural” e “Pluralidade cultural e fronteira”. Na primeira o objeto de conhecimento é “O que é diversidade cultural?” tendo como habilidade “compreender o que é diversidade cultural e que a fronteira entre Ponta Porã e Pedro Juan Caballero representa um exemplo de diversidade cultural”. Na segunda têm-se como objeto de conhecimento “Compreender a fronteira como um espaço de pluralidade cultural” e a habilidade pretendida “Compreender que a fronteira é uma região singular que deverá ser respeitada e valorizada” (Ponta Porã, 2022, p. 1095).

O Referencial Curricular de Ponta Porã, em certa medida, demonstra uma inclinação para uma postura de currículo crítico, especialmente na sua abordagem intercultural. O Referencial Curricular reconhece o “hibridismo cultural” e o fluxo de estudantes da cidade vizinha, Pedro Juan Caballero (PY), buscando a inserção de práticas pedagógicas que promovam a inclusão. Isso se alinha à visão de Candau (2000; 2008), que defende a necessidade de um currículo crítico e intercultural capaz de promover o diálogo e a inter-relação entre diferentes grupos culturais.

No entanto, a análise do documento também revela limitações. A postura de currículo crítico não parece ser aplicada de forma transversal. A maior parte da abordagem do tema “fronteira” está concentrada em uma única disciplina, o que sugere que o assunto não é integrado de maneira profunda em outras áreas do conhecimento. Na seção a seguir são apresentados os relatos da visita

de campo ao município de Ponta Porã-MS.

3.3 DIÁLOGOS SOBRE A EDUCAÇÃO NA FRONTEIRA ENTRE PONTA PORÃ E PEDRO JUAN CABALLERO

No dia 17 de outubro de 2022, foi realizada uma visita a campo ao município de Ponta Porã, realizada pelos pesquisadores e um grupo de acadêmicos dos cursos de Geografia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. As visitas tiveram o enfoque voltado às questões pedagógicas e de ensino que permeiam o município de Ponta Porã-MS. A primeira visita ocorreu na Central de Matrículas, da Rede Municipal de Ensino de Ponta Porã – MS, que faz parte da Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Cultura e Lazer. A Figura 2 mostra a fachada:



Figura 2: Fachada da Central de Matrícula Digital de Ponta Porã – MS

Fonte: Arquivo dos autores.

Os pesquisadores e o grupo de acadêmicos dos cursos de Geoforam recebidos por uma técnica da área pedagógica na Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Cultura e Lazer de Ponta Porã – MS, responsável pela formação de professores. Sua palestra tinha por título “Rede Municipal de Ensino de Ponta Porã: experiências fronteiriças” e foi proferida para o grupo de pesquisadores e acadêmicos. Uma das questões levantadas em sua fala foi sobre as peculiaridades do ensino e aprendizagem em cidades fronteiriças. Em suas palavras “a fronteira é um espaço intercultural, um espaço de diálogo. Ser fronteiriço ultrapassa a ideia de Estado Nacional”. Quando trabalhou diretamente na formação de professores de História e Geografia, relatou que eles reclamavam da falta de materiais didáticos que abrangessem conteúdos regionais, principalmente

para o trabalho com os estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental.

Foi então que, em parceria com outros técnicos pedagógicos do município, organizou o livro didático “História e Geografia: Um olhar fronteiriço” para o 3º ano do ensino fundamental (vide a capa do livro na figura 3). Este livro foi fruto de um trabalho de pesquisa de diversos colaboradores, tanto bibliográfica quanto a campo, contendo imagens de lugares visitados pelos próprios autores.



Figura 3: Capa do livro didático “Um olhar fronteiriço: História e Geografia”

Fonte: Prefeitura Municipal de Ponta Porã

O enfoque deste livro didático, é o conteúdo regional de História e Geografia, com ênfase no município de Ponta Porã – BR e a sua cidade gêmea, Pedro Juan Caballero - PY. Repleto de imagens, atividades, jogos e textos com linguagens acessíveis, pensados para tornar o ensino das disciplinas de História e Geografia, atrativo e dinâmico.

Outro ponto importante da visita ao município de Ponta Porã, foi a ida até a Escola Municipal Manoel Martins. Pelos dados do Censo Escolar de 2021, a escola conta com 606 estudantes matriculados e um quadro docente com 9 professores. Oferece turmas de Ensino Fundamental de 1º a 5º anos. As disciplinas ofertadas são: Língua Portuguesa; Educação Física; Artes; Língua Estrangeira – Espanhol; Matemática; Ciências; História e Geografia (QEDU, 2023).

Nesta visita a recepção ocorreu pela diretora da escola, uma coordenadora pedagógica e por uma professora de ensino fundamental I. Em uma roda de conversa, dentro das dependências da

escola, ambas fizeram falas sobre a dinâmica da escola, as funções que exercem e as suas experiências como educadoras em uma cidade fronteiriça. Terminadas as falas, foi aberto um momento para perguntas.

Nesse momento, os pesquisadores fizeram perguntas não estruturadas, de modo a fomentar o diálogo com as profissionais da escola e entender mais sobre a dinâmica da educação fronteiriça. Uma das questões levantadas por um dos pesquisadores foi: “Os estudantes paraguaios tem dificuldade para se adaptar na escola, tendo em vista a barreira linguística?”. A professora relatou que recebe todos os anos, estudantes paraguaios, que falam o idioma guarani e espanhol, e os que falam o “portunhol”. Porém, com muita paciência, ela vai trabalhando com esses estudantes paraguaios, e que os estudantes brasileiros acabam auxiliando no processo de adaptação e acolhimento. Ainda complementou que somente uma professora do quadro docente da escola fala a língua guarani, ficando responsável em auxiliar os estudantes paraguaios, o que tende a sobrecarregá-la em alguns momentos. Na figura 4 temos a fachada da escola visitada pelo grupo de pesquisados e acadêmicos:



Figura 4: Fachada da Escola Municipal Manoel Martins

Fonte: Arquivo dos autores

Estudantes estrangeiros são matriculados em escolas, apresentando documento brasileiro, cujas famílias conseguem a partir de diferentes meios. As situações de regularização de documento oficial brasileiro, pelos paraguaios, são explicadas por Frasson e Schlosser (2012, p.12):

Quanto ao registro, certidão de nascimento, evidenciam diferentes situações como: alunos registrados no Paraguai, alunos registrados no Brasil, cuja mãe, veio na ocasião do nascimento e registrou o filho em cartório brasileiro, alunos cujos pais trazem documento do hospital (no registro a nacionalidade é brasileira), ou ainda um documento provisório do consulado (no registro a nacionalidade é paraguaia) brasileiro no Paraguai. Estes últimos são conduzidos pela escola para a Defensoria Pública para darem encaminhamento ao registro oficial. O mesmo acontece com aqueles que estão desprovidos de toda e qualquer documentação.

Dentre as motivações que conduzem os pais e/ou responsáveis paraguaios a optarem pelo ensino brasileiro, verificou-se, dentre outros fatores, os benefícios sociais no Brasil, como bolsa-família, uniforme, merenda escolar, livros didáticos, kit de material escolar, infraestrutura física das escolas, entre outros. Outro fator que destaca seria aprendizado da língua portuguesa, o que supostamente poderia representar maior oportunidade de trabalho, como é o caso de Ponta Porã-MS, onde há um fluxo contínuo de turistas brasileiros em busca de produtos nos centros comerciais paraguaios. No caso específico da escola supracitada, a sua proximidade com a linha de fronteira, também conta como um facilitador do acesso de estudantes paraguaios, em que conforme relatado pela coordenadora, o trajeto casa-escola ocorre a pé. O mapa da figura 5 mostra essa proximidade da escola com a linha de fronteira:

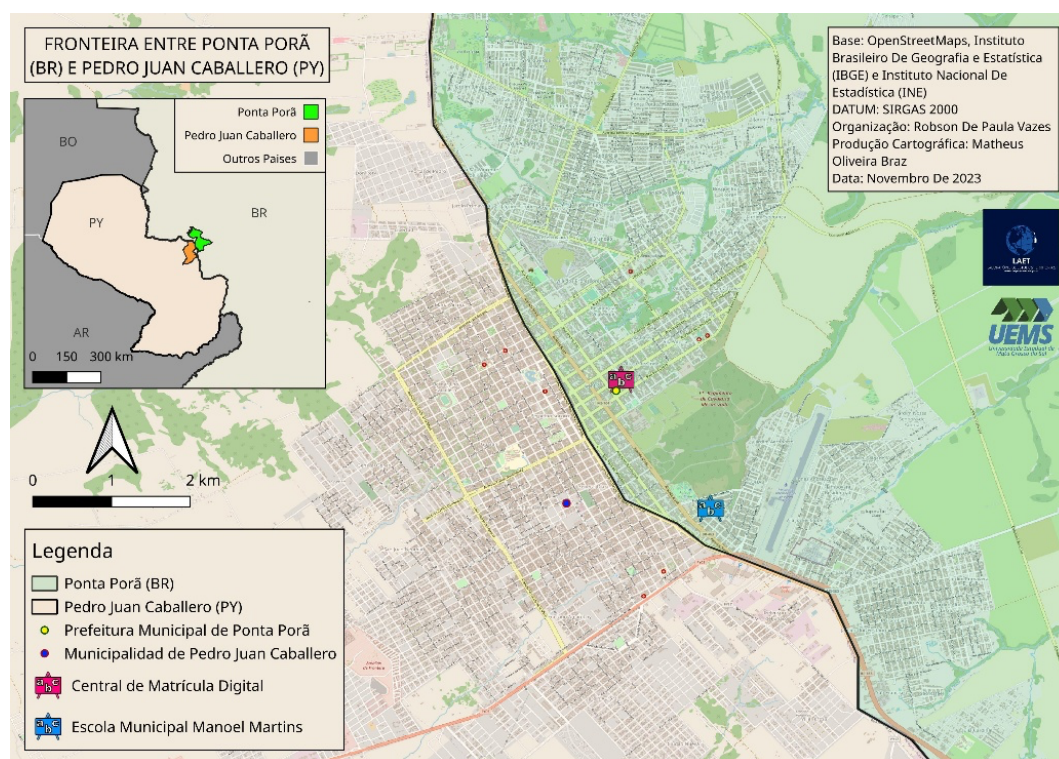


Figura 5: Mapa dos locais visitados em Ponta Porã (BR)

Fonte: Autoria própria.

Foi perceptível a sensibilidade na fala de ambas, a preocupação em acolher os estudantes paraguaios da melhor forma possível. Tanto a coordenadora quanto a professora relataram que as crianças paraguaias e as “brasiguaias” aprendem a língua portuguesa, em geral, num período de três a seis meses. Isso se deve tanto ao fato da convivência diária com os colegas brasileiros na escola, mas também a essas crianças paraguaias e brasiguaias estarem expostas a vários elementos culturais brasileiros, como os canais televisivos, como relata a coordenadora. Outra questão é o fluxo de brasileiros na fronteira para turismo de compras, como cita a coordenadora, em que muitos pais dos estudantes trabalham no comércio da fronteira e aprendem a se comunicar com os brasileiros em língua portuguesa.

Outro ponto relevante é a inclusão da oferta da disciplina de língua estrangeira – Espanhol, o que possibilita maior inclusão dos estudantes paraguaios e também na melhor comunicação destes com os estudantes brasileiros. Isso foi confirmado pelos pesquisadores na visita de campo à escola.

O Referencial Curricular de Ponta Porã aborda a questão da fronteira e afirma a busca em considerar a presença de estudantes estrangeiros. O documento cita a fala de Fernandes (2013) sobre a importância de o aluno não deixar sua cultura e língua materna na fronteira. Como observado na visita e confirmado pelas falas da professora e da coordenadora, o perfil dos estudantes da rede municipal inclui uma diversidade étnica, denotando uma relevância do currículo de Ponta Porã-MS ter esse caráter de inclusão sociolinguística. Mas em específico à língua Guaraní, percebe-se que não há uma previsão formal da inclusão no currículo, ficando a cargo de apenas uma professora fazer a intermediação entre os estudantes que falam essa língua.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando as dimensões territoriais do Brasil, é difícil pensar em uma Base Nacional Comum Curricular que consiga abranger as especificidades de cada estado ou unidade da federação. O estado de Mato Grosso do Sul, copia quase que na íntegra a BNCC, criando o Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul, acrescentando alguns elementos regionais, como por exemplo, adotando em seu currículo a língua espanhola, como segunda opção para língua

estrangeira, pois tem municípios na faixa de fronteira com países como o Paraguai e a Bolívia.

Quando fala-se das cidades fronteiriças, a questão do ensino torna-se ainda mais complexa. No caso específico desta pesquisa, o município de Ponta Porã – MS, por meio de esforços coletivos, tem buscado acolher os estudantes advindos de Pedro Juan Caballero (PY), que em muitos casos não tem fluência nenhuma em língua portuguesa. O Referencial Curricular de Ponta Porã, que norteia o ensino local para os anos iniciais do ensino fundamental, prevê a língua espanhola em seu currículo desde o 1º ano do ensino fundamental, o que é muito positivo para a realidade dessa fronteira, pois visa criar essa conexão linguística entre os estudantes paraguaios e brasileiros.

Portanto, embora o currículo de Ponta Porã apresente elementos de um currículo crítico, como a valorização da cultura local e a inclusão da língua espanhola, ele ainda pode ser aprimorado para que a abordagem do tema "fronteira" seja mais abrangente, precisa e integrada em todas as disciplinas, promovendo uma reflexão mais profunda sobre a realidade social, política e cultural da região.

Percebe-se que houve uma preocupação em que o tema fosse inserido desde o 1º ano do ensino fundamental. Porém é perceptível que o tema fronteira está previsto de maneira mais enfática na disciplina de “Práticas Culturais – Educação Patrimonial / Civismo”, mas que pode ser melhor trabalhado por todas disciplinas do currículo, articulando a realidade vivida pelos próprios estudantes, por estarem em uma cidade fronteiriça.

Considerando que o Paraguai possui dois idiomas oficiais, Espanhol e Guaraní, seria importante a criação de cursos superiores em universidades públicas, como cursos de Letras com habilitação em Espanhol, ou até cursos voltados a formação intercultural, como é o caso semelhante do município de Amambai-MS, onde a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul está oferecendo o curso de Pedagogia Intercultural Bilingue, com foco na formação de professores indígenas, com metodologias de ensino bilíngue da língua portuguesa e da língua guarani.

Vale citar o livro didático “História e Geografia: Um olhar fronteiriço”, apresentado pela sua autora, na visita a campo, criado para o 3º ano do ensino fundamental, que deu aos professores a possibilidade de ter em sala de aula, um material que contemplasse as características locais e que desse suporte para as discussões sobre a fronteira, de maneira didática e atrativa. Porém esse livro não está previsto de maneira formal, como material didático para as disciplinas de Geografia e História no terceiro ano do fundamental. Talvez seja necessária essa adequação nas edições posteriores do Referencial Curricular de Ponta Porã.

Mas em geral, avaliam-se como positivas as ações previstas no Referencial Curricular de Ponta Porã, com muito elementos que valorizam a diversidade cultural e riqueza histórica da fronteira. São iniciativas como essa que farão o ensino nas cidades fronteiriças, mais inclusivo e que respeite as identidades culturais dos povos que ali residem.

5 REFERÊNCIAS

ANASTÁCIO, Luci Meire Corrêa. **Fronteira e Educação Pública: o Programa Escolas Interculturais de Fronteira (PEIF) em Ponta Porã (BR) e Pedro Juan Caballero (PY)**. 2018. 165 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2018.

APPLE, Michael Whitman. **Educação e poder**. Porto Alegre: Artmed, 1995. 305 p.

BECKER, Bertha Koiffman. Fronteira e urbanização repensadas. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro. 47 (3/4), jul./dez 1985, p. 357-371.

BRASIL. **Constituição da República Federal do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Brasília: Senado Federal, 2016. 496 p.

BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. 600 p.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Proposta de reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira**. Secretaria de Programas Regionais, Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira, Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005. 418 p.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Demarcação de limites**: Informações Históricas. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/demarcacao-de-limites/informacoes-historicas>. Acesso em: 24 de fevereiro de 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n.º 9.394 de 20 de dezembro de 1996**: Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 24 de fevereiro de 2023.

CANDAU, Vera Maria. Interculturalidade e educação escolar. *In*: CANDAU, Vera Maria (Org.). **Reinventar a escola**. 3.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p 47-60.

CANDAU, Vera Maria. Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica. *In*: MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; CANDAU, Vera Maria (orgs.). **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 13-37.

CANDAU, Vera Maria. **Entrevista Prof.ª Vera Candau PUC-Rio 31/10/2011**: vídeo editado com legenda. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bP-DNISKXqQ>. Acesso em: 29 de outubro de 2024.

FERNANDES, Eliana Aparecida Araújo. **Experiências Linguísticas**: Como se faz a Educação Bilingue com implementação da metodologia do Projeto Escola Intercultural Bilingue de Fronteira na Fronteira entre Brasil e Paraguai. 2013. 87 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação Strictu Sensu, Universidade Federal da Grande Dourados, Ponta Porã, 2013.

FERRARI, Maristela. Zona de fronteira, ciudades gêmeas e interações transfronteiriças no contexto do MERCOSUL. **Revista Transporte y Territorio**, n. 9, p. 87-104, 2013.

FRASSON, Margarete; SCHLOSSER, Marli Terezinha Szumilo. Alunos “brasiguaios” em movimento na tríplice fronteira: novas possibilidades, novos limites na integração do aluno “brasiguaião”. **Revista Formação (online)**, v. 2, p.3-31, 2012.

FREITAS, Aline Zorzi Schultheis de; PINTO, Alline Penha; PIMENTA, Jussara Santos. A construção do currículo e os desafios da escola na sociedade contemporânea. **Revista Educação Pública**, v. 21, nº 17, 2021, p. 1-4. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/17/a-construcao-do-curriculo-e-os-desafios-da-escola-na-sociedade-contemporanea>. Acesso em: 29 de outubro de 2024.

GIMENO SACRISTÁN, José. **O currículo**: uma reflexão sobre a prática. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed Editora, 2000. 353 p.

GIROUX, Henry Armand. O Pós-Modernismo e o discurso da crítica educacional. *In*: SILVA, Tomaz Tadeu. (Org.). **Teoria educacional crítica em tempos modernos**. Porto Alegre: Artes Médicas, p.41-73, 1993.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2018. 288 p.

MACHADO, Lia Osório. Limites, fronteiras e redes. *In*.: STROHAECKER, T. et. al. (orgs.). **Fronteiras e espaço global**. Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros seção Porto Alegre, 1998. p. 41-49.

MACHADO, Nilson José. **O currículo na escola: uma perspectiva histórica**. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2002. 114 p.

MARTIN, André Roberto. **As fronteiras internas e a questão regional do Brasil**. 1993. 270 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

MATO GROSSO DO SUL. **Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul: Educação Infantil e Ensino Fundamental**. 2019. 815 p.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; TADEU, Tomaz. Currículo, cultura e sociedade. *In*: MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; TADEU, Tomaz. **Sociologia e teoria crítica do currículo: uma introdução**. 12ª ed. São Paulo: Cortez, 2013. p. 13-47.

OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de, *et al*. Cidades de fronteiras e rede urbana. *In*: PEREIRA, Rafael Henrique Moraes; FURTADO, Bernardo Alves. **Dinâmica Urbano-Regional: rede urbana e suas interfaces**., Brasília: IPEA, 2011. p. 79-95.

OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. Para além das linhas coloridas ou pontilhadas – reflexões para uma tipologia das relações fronteiriças. **Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege)**. V.11, p.233-256, 2015.

OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. Tipologia das relações fronteiriças: elementos para o debate teórico-práticos. *In*: OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de (Org.). **Território sem limites – estudos sobre fronteiras**. Campo Grande: UFMS, 2005. p. 377-408.

PERRENOUID, Philippe. **Pedagogia diferenciada: Das intenções à ação**. 1ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2000. 183 p.

PONTA PORÃ. Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Cultura e Lazer. **Referencial Curricular Ponta Porã – MS**. 2022. Disponível em:

https://educacao.pontapora.genesis.tec.br/static/files/curriculo_2022.pdf. Acesso em: 02 de março de 2024.

QEDU. **Escola Municipal Manoel Martins**: Ideb - Indicador de Qualidade / Dados do Ideb 2023. QEDU. Disponível em: <https://qedu.org.br/escola/50028111-escola-municipal-manoel-martins>. Acesso em: 02 de março de 2024.

SANTANA, Maria Luzia da Silva. Práticas pedagógicas na região de fronteira: um olhar a partir de escolas de Ponta Porã. **Revista Educação**, v. 43, p. 75-88, 2018.

SILVA, Mirta Mabel Escovar Torraca; SOUZA, Jonal Ariel Cantaluppi de. **Um olhar fronteiriço: História e Geografia**. 1ª ed. Ponta Porã: Prefeitura Municipal de Ponta Porã, 2020. 124 p.

SILVA, Ricardo Marques; OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. O mérito das cidades-gêmeas nos espaços fronteiriços. **OIDLES - Observatorio Iberoamericano del Desarrollo Local y la Economía Social**, v. 2, n. 6, 2008. Disponível em: <https://desarrolloyeconomiasocial.com/index.php/oidles/article/view/629>. Acesso em: 02 de março de 2024.

SOUZA, Edson Belo Clemente de; GEMELLI, Vanderléia. Território, região e fronteira. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. Recife, v.13, p. 101-116, 2011.

Data de recebimento: 11 de fevereiro de 2025.

Data de aceite: 08 de setembro de 2025.